



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 2023001660

1. DO OBJETO:

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade aquisição de Suprimentos de Informática, afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1 Com base nas informações no DOD e ETP onde necessita fazer a aquisição de suprimentos de Informáticas em virtude da continuidade dos serviços, cabendo ao gestor as disposições necessárias a fim de garantir a continuidade das informações de forma proficiente, sendo assim apresentada a necessidade de fazer aquisição de novos Materiais;

2.2 A aquisição de suprimentos de Informática, tendo em vista a necessidade de renovar o parque informático da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Insumos estes essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela administração pública, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pela Secretaria;

2.3 A contratação de forma qualificada, tem o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e a manutenção adequada do patrimônio público. Todavia a contratação do objeto deste Estudo é necessária ao bom andamento dos serviços, visto que o funcionamento satisfatório desta Secretaria é que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades da mesma. Além do que, a conservação da integridade de bens públicos é obrigação inarredável da Administração, pois apesar da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano não possuir estoque de peças para reposição, faz-se necessário imediatamente a aquisição das mesmas;

2.4 Com relação aos quantitativos, justifica-se em virtude de atender as necessidades dos Departamentos pertencentes a esta Secretaria que são:

- DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.
- DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO.



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS.
- DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO.
- DEPARTAMENTO DE AÇÕES URBANAS.
- DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
- DIRETORIA DE TRANSPORTES.
- GABINETE DO SECRETÁRIO.
- DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

2.4 Outrossim, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano se posiciona favorável, pois as mesmas darão continuidade aos trabalhos que envolvem o plano trabalho estabelecido pelo Município de Porto Nacional – TO.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS OU SERVIÇOS:

3.1 A presente solicitação tem por objetivo aquisição de Suprimento de Informática, conforme descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	HD EXTERNO COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 1TB / CONEXÃO USB 3.0 / TAMANHO 2.5" / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	5
2	CAIXA DE CABO DE REDE LAN UTP 4 PARES COM 305 METROS / CATEGORIA 5E / HOMOLOGADO PELA ANATEL / 100% COBRE.	UNIDADE	1
3	HD PARA COMPUTADOR COM CAPACIDADE DE 1TB / CONEXÃO SATA 3 / ROTAÇÃO 7200 RPM / TAMANHO 3.5" / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	10
4	HD PARA COMPUTADOR COM CAPACIDADE DE 500GB / CONEXÃO SATA 3 / ROTAÇÃO 7200 RPM / TAMANHO 3.5" / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	10
5	SSD COM CAPACIDADE 240GB / INTERFACE SATA 3 6GB/S / FORMATO 2.5" / VELOCIDADES MÍNIMAS DE 500MB/S PARA LEITURA E 350 MB/S PARA GRAVAÇÃO / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	20
6	MEMÓRIA RAM PARA COMPUTADOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8GB / PADRÃO DDR4 / FREQUÊNCIA 2400 MHZ / 288 PINOS TIPO DIMM / INTERFACE 64 BIT PC4-2400 / LATÊNCIA 17-17-17.	UNIDADE	10
7	SWITCH DE REDE COM NO MÍNIMO 16 PORTAS COM VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE 10/100 MB/S / DEVE SUPORTAR CABOS DE CATEGORIA 5 E CATEGORIA 5E / A ALIMENTAÇÃO DEVE SER BIVOLT AUTOMÁTICO / GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	2
8	PILHA ALCALINA AA (PAR) / ALTA DURAÇÃO / 1,5V / PADRÃO MN1500.	UNIDADE	20
9	PILHA ALCALINA AAA (PAR) / ALTA DURAÇÃO / 1,5V / PADRÃO MN2400.	UNIDADE	20



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

10	CAIXA DE SOM 2.0 3W PARA PC / CONEXÃO USB / POTÊNCIA DE SAÍDA 1.5 W X 2 RMS / FREQUÊNCIA DE RESPOSTA 200 HZ-20000 KHZ / DRIVER 2"2.	UNIDADE	10
11	TECLADO USB PARA PC / CONEXÃO DO TIPO USB 2.0 / FORMATO SLIM / DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 110 TECLAS / DEVE SER PADRÃO ABNT2 / AS TECLAS DEVEM SER MACIAS E SILENCIOSAS.	UNIDADE	40
12	TECLADO PARA PC COM FIO USB / DEVE SER RESISTENTE À RESPINGOS E DERRAMAMENTOS / LAYOUT ABNT2 / DEVE POSSUIR SUPORTES INCLINÁVEIS / DEVE POSSUIR CARACTERES NÍTIDOS E BRILHANTES / O CABO DEVE POSSUIR COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 1,7 M / DEVE SER NA COR PRETA / DEVE SER DE ALTO PADRÃO DE QUALIDADE E DE PRIMEIRA LINHA / IGUAL OU EQUIPARADO A MARCAS COMO DELL, MICROSOFT, HP, LENOVO OU LOGITECH / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	20
13	MOUSE ÓPTICO PARA PC COM FIO USB / RESOLUÇÃO 1000DPI OU SUPERIOR / DEVE SER PLUG AND PLAY / DEVE SER NA COR PRETA.	UNIDADE	40
14	MOUSE ÓPTICO PARA PC COM FIO USB / CONFORTÁVEL / RESOLUÇÃO 1000 DPI OU SUPERIOR / DEVE POSSUIR 3 BOTÕES COM SCROLL / O CABO DEVE POSSUIR COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 1,7 M / DEVE POSSUIR DESIGN AMBIDESTRO / DEVE SER NA COR PRETA / DEVE SER DE ALTO PADRÃO DE QUALIDADE E DE PRIMEIRA LINHA / IGUAL OU EQUIPARADO A MARCAS COMO DELL, MICROSOFT, HP, LENOVO OU LOGITECH / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	20
15	SUPORTE DE MESA PARA MONITOR / DEVE POSSUIR 2 GAVETAS / DEVE SER FABRICADO EM MDF COM ACABAMENTO EM BLACK PIANO / DEVE POSSUIR AS DIMENSÕES: LARGURA: 39CM X PROFUNDIDADE: 26CMX ALTURA: 12CM / O PESO NÃO DEVE SER SUPERIOR A 3,195 KG.	UNIDADE	10
16	GAVETA ADAPTADORA DE HD PARA NOTEBOOK 9.5MM / DEVE COMPORTAR QUALQUER HD OU SSD SATA DE NOTEBOOK.	UNIDADE	10
17	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32GB / CONEXÃO USB 2.0 OU SUPERIOR.	UNIDADE	20
18	FILTRO DE LINHA (RÉGUA) COM NO MÍNIMO 5 TOMADAS / DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 10 AMPERES DE CORRENTE / DEVE SER TRIPOLAR / DEVE SER NA COR PRETA / O CABO DEVE POSSUIR COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 1 METRO / DEVE SER CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNIDADE	30
19	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 700VA / TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO / TENSÃO DE SAÍDA 115V / FREQUÊNCIA DE 50 OU 60 HZ / FORMA DE ONDA SEMI-SENOIDAL / DEVE POSSUIR CIRCUITO DESMAGNETIZADOR / DEVE	UNIDADE	15



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

	POSSUIR TECNOLOGIA SMD / DEVE POSSUIR FILTRO DE LINHA INTEGRADO / DEVE POSSUIR MICROPROCESSADOR CISC / FLASH / TRUE RMS / DEVE POSSUIR 6 TOMADAS DE SAÍDA OU SUPERIOR / DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTOS ELÉTRICOS E SOBRECARGA / GARANTIA 12 MESES.		
20	AUTOTRANSFORMADOR DE VOLTAGEM / TIPO SLIM / POTÊNCIA 2000VA / BIVOLT (ENTRADA / SAÍDA TRANSFORMA 120V EM 220V, OU 220V EM 120V) / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	5
21	ESTABILIZADOR COM POTÊNCIA DE 300VA, ENTRADA 115 A 230V BIVOLT AUTOMÁTICO E SAÍDA 115V, 4 TOMADAS DE SAÍDA NO PADRÃO NBR 14136.	UNIDADE	20

4. DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 A contratação será realizada por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II, do Artigo 75, da Lei n.º 14.133/2021.

5. DAS CONDIÇÕES E ENTREGA:

5.1. Efetuar a entrega dos Materiais de forma imediata em parcela única nas dependências desta Secretaria, situada na AV. Presidente John Kenedy Nº 1553, setor Aeroporto, Porto Nacional – TO. Em perfeitas condições, em horário comercial;

5.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os Materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

5.3 Efetuar a entrega dos Materiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.4 Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e sem ônus para a CONTRATANTE, os Materiais devolvido em razão de divergência entre o item entregue e as especificações contidas neste Termo, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

5.5 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos Materiais a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

5.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

5.7 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento dos Materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste Termo;

5.8 Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;

5.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

6. DO VALOR:

6.1 O valor médio para esta contratação será de **R\$ 53.799,00 (cinquenta e três mil e setecentos e noventa e nove reais)**.

7. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte dos Materiais de Informática, para o local de entrega indicado, conforme designado neste Termo de Referência, sendo os mesmos devidamente identificados e em perfeitas condições para uso.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada pelo fiscal responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;

8.2 O valor da Nota Fiscal/fatura deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da Nota Fiscal;

8.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa CONTRATADA, no domicílio bancário por ela expressamente informado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal.

9. DO RECEBIMENTO:

9.1 Os Materiais para deverão ser entregues da seguinte forma:



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável desta Secretaria, para posterior Fiscalização da conformidade deste objeto com a especificação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de entrega dos Materiais;
- **DEFINITIVAMENTE**, após verificação da especificação e quantidades e consequente aceitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento provisório. Os Materiais deverão estar dentro das descrições deste Termo de Referência, caso não satisfação às especificações exigidas ou apresentar ser de qualidade inferior, não serão aceitos, devendo ser retirados e substituídos pelo fornecedor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da notificação;
- **A CONTRATADA** deverá obedecer aos prazos determinados para a entrega dos Materiais. No caso do não cumprimento dos prazos determinados será aplicado multas por atrasos, independentemente de notificação, conforme especificado no ato convocatório e neste Termo de Referência, sem prejuízos das demais penalidades previstas em lei.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes deste objeto ocorrerá por conta da dotação orçamentária constante do orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Porto Nacional -TO.

ORIGEM:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO.
PROGRAMA:	17.1715.04.122.1134.2000
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.30
SUBELEMENTO:	17
FONTE:	15000000010000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - PRÓPRIO

11. DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES:

11.1 A empresa será responsável pela substituição imediata, troca ou reposição, provisória ou definitiva dos Materiais que apresentarem defeitos, danos, necessitar de reparos e outros, em prazo de correção/consertos superior a 48 (quarenta e oito) horas, ou quer por alguma razão não apresentarem condições de uso regular pela CONTRATANTE.



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1 Comunicar a CONTRATADA a emissão de Nota de Empenho, informando simultaneamente o local e horário de entrega;

12.2 Receber as Materiais nas dependências desta Secretaria, situada na AV. Presidente John Kenedy Nº 1553, setor Aeroporto, Porto Nacional – TO. Em perfeitas condições, em horário comercial;

12.3 Tomar conhecimento de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

12.4 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA desde que não haja impedimento legal para o fato;

12.5 Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários;

12.6 Efetuar a fiscalização e acompanhamento da entrega dos Materiais através de um fiscal, que fará o acompanhamento e emitirá um relatório sobre a entrega dos mesmos;

12.7 Atestar, através de servidor responsável, a Nota Fiscal emitidas pela CONTRATADA, referentes aos Materiais;

12.8 Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas;

12.9 Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

12.10 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no descumprimento, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências;

12.11 Zelar em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

12.12 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

12.13 Designar a área responsável pela gestão e acompanhamento do recebimento dos Materiais disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

12.14 Nomear fiscal para acompanhar e fiscalizar a entrega dos Materiais, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.15 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos Materiais, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

12.16 Compete a CONTRATANTE o recebimento, conferência de síntese, atestado e notas fiscais emitidas pela CONTRATADA. Solicitar a substituição imediata de qualquer documento que não atenda as exigências e critérios;

12.17 Facilitar para todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 Efetuar a entrega dos Materiais em parcela única nas dependências desta Secretaria, situada na AV. Presidente John Kenedy Nº 1553, setor Aeroporto, Porto Nacional – TO. Em perfeitas condições, em horário comercial, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta;

13.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os Materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

13.3 Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e sem ônus para a CONTRATANTE, os Materiais devolvidos em razão de divergências entre os Materiais entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

13.4 Fornecer juntamente com a entrega dos Materiais, toda a sua documentação fiscal;

13.5 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos Materiais a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

13.6 Manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.7 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

13.8 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento dos Materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste Termo de Referência.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

14.1 Será designado por Nomeação de Fiscal, após a realização dos procedimentos de contratação, um servidor desta secretaria para gerir e fiscalizar o Processo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

15.1.1 Dar causa à inexecução parcial deste Termo;

15.1.2 Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3 Dar causa à inexecução total deste Termo;

15.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

15.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6 Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação / contratação sem motivo justificado;

15.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação;

15.1.9 Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Processo;

15.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

15.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação;

15.1.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5% (por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.12;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

15.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

15.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

15.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

15.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

16.1 Para fins de contratação a empresa deverá apresentar os documentos elencados a seguir;

16.1.1 Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, ou outra equivalente na forma da Lei;

16.1.2 Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual;

16.1.3 Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

16.1.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

16.1.5 Comprovante de inscrição Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;

16.1.6 Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidao, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

-
- 16.1.7** Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 16.1.8** Certidão Nada Consta do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica);
- 16.1.9** Cópia Contrato Social da empresa;
- 16.1.10** Cópia do RG E CPF dos sócios da empresa;
- 16.1.11** Declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil);
- 16.1.12** Declaração de Inexistência de parentesco ou vínculo empregatício com a municipalidade.

17. DOS ESCLARECIMENTOS:

17.1 Em caso de dúvidas entrarem em contato com a Secretária Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo e-mail: seinfraportonacional@gmail.com

Porto Nacional – TO. 08 de Fevereiro de 2023.

MARCUS WINICIUS FERREIRA DE LIMA
Responsável pela elaboração do Termo.

De acordo:

MARCOS ANTONIO LEMOS RIBEIRO
Secretário Mun. de Infraestrutura
e Desenvolvimento Urbano
DECRETO: 004/2023